

BC corta Selic pela 5ª vez seguida e queda abre espaço para crédito mais barato, mas trabalhadores cobram juros ainda menores

A redução da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) representa um movimento importante para a economia brasileira, principalmente neste momento de disputa eleitoral, em que a economia influencia diretamente no resultado das eleições, mas ainda está longe de resolver o problema do alto custo do dinheiro no país. Na reunião de ontem, o Banco Central reduziu a Selic para 13,75% ao ano, dando continuidade ao ciclo de cortes iniciado em março.

Para os trabalhadores, a queda dos juros pode significar, gradualmente, melhores condições para empréstimos, financiamentos e renegociação de dívidas. Também pode favorecer o consumo e os investimentos, estimulando a atividade econômica e contribuindo para a geração e manutenção de empregos. O próprio Banco Central reconhece que a política monetária produz efeitos sobre a atividade econômica com defasagens e que a transmissão dos juros para a economia ocorre ao longo do tempo.

Para o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Lima Martins, a curva de redução da taxa de juros é importante, mas ainda está muito longe do esperado.

“Mesmo com mais essa redução, a taxa básica ainda está em um patamar bastante elevado. Por isso, os trabalhadores e o movimento sindical precisa permanecer com a pressão para que o processo de redução dos juros avance, permitindo que seus efeitos cheguem de forma mais efetiva ao bolso da população”, afir-

mou o presidente João Carlos.

Juros menores não significam apenas números nos indicadores econômicos. Para quem vive de salário, eles podem representar menor custo para quitar dívidas, financiar uma casa, adquirir bens e organizar o orçamento familiar. Para o setor produtivo, podem significar melhores condições para investir, ampliar atividades e contratar.

Outro ponto fundamental é garantir que a redução da Selic seja efetivamente repassada ao consumidor. Uma queda da taxa básica não produz automaticamente uma redução proporcional nos juros cobrados por bancos e financeiras. Por isso, além do movimento da Selic, é necessário acompanhar o comportamento das taxas de empréstimos, financiamentos e cartões de crédito.

Desenvolvimento econômico precisa chegar ao trabalhador

A política de juros tem impacto direto sobre o conjunto da economia. O próprio Copom afirma que, além da estabilidade de preços, sua política monetária também considera a suavização das flutuações da atividade econômica e o fomento ao pleno emprego.

Na perspectiva dos trabalhadores do serviço público, a discussão sobre juros também está relacionada à capacidade de investimento do Estado e à quali-



Copom reduz taxa de juros em 0,25 ponto pela quinta vez seguida e Selic cai a 13,75% ao ano

dade dos serviços oferecidos à população. Um ambiente econômico com crédito mais acessível e menor custo financeiro pode contribuir para ampliar investimentos e movimentar a economia.

Para o movimento sindical, portanto, a redução da Selic é um passo que precisa ser acompanhado por medidas capazes de transformar a melhora dos indicadores macroeconômicos em ganhos concretos para a população: emprego, renda, valorização salarial, redução do endividamento das famílias e fortalecimento dos serviços públicos.

“A queda dos juros pode abrir uma nova etapa para a economia brasileira. O desafio, agora, é fazer com que essa política de juros continue em viés de baixa e que a mudança ora alcançada ultrapasse os indicadores financeiros e produza efeitos concretos na vida de quem trabalha e sustenta o país” afirmou ainda o presidente João Carlos.

Fim da 6X1: Flávio Bolsonaro é contra dois dias de descanso para o trabalhador

Enquanto a maioria da população brasileira é a favor da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e do fim da escala 6x1, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato à Presidência da República, trabalhou nos bastidores do Senado Federal para travar a votação da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019**. Ele tem se posicionado contra a mudança que garante aos trabalhadores e trabalhadoras dois dias de folga por semana.

A posição do candidato coloca no centro do debate uma questão que vai além da organização das jornadas: **quanto tempo o trabalhador terá para descansar, cuidar da família, estudar, praticar atividades de lazer e organizar a própria vida.**

Hoje, quem trabalha seis dias consecutivos e tem apenas um dia de folga costuma concentrar nesse único período uma série de tarefas que não cabem durante a semana: fazer compras, limpar a casa, resolver pendências, acompanhar os filhos, ir ao médico e cuidar de outras obrigações.

Com dois dias de descanso, uma parte desse tempo pode ser destinada às tarefas da vida cotidiana e outra ao descanso, à convivência familiar, aos estudos, ao lazer e às atividades que ficam de



fora da rotina de quem passa seis dias trabalhando.

A PEC 221/2019 já foi aprovada na Câmara dos Deputados por ampla maioria e avançou também na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A proposta agora está no centro da discussão sobre a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o fim da escala 6x1.

A mudança enfrenta resistência de setores empresariais e da extrema direita, que defendem a manutenção da escala 6x1 e alegam que a redução da jornada poderia aumentar custos e afetar a geração de empregos, tese que já foi contestada por especialistas e economistas.

Fonte: www.cut.org.br



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2026 ASSEMBLEIA ESPECÍFICA IPHAN-MA

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em gozo dos seus direitos Estatutários, para participarem da Assembleia Específica no dia 17 de Setembro de 2026, às 14:00 horas, em primeira convocação e às 14:30 horas em segunda convocação, no Auditório da Sede situado à Rua do Giz, 235 - Centro, São Luís-MA, para discutirem, avaliarem e encaminharem os seguintes pontos: 1- Informes sobre a formalização do Termo de Acordo de Compensação da Greve de 2025; 2- Mesa Setorial da Cultura: composição e participação de servidores das entidades vinculadas; 3- Sugestão de Pautas; 4- Regulamentação do PEC Cultura, previsto no art. 25 da Lei Nº 15.367/2026 e 5 - Indicação/ confirmação dos nomes dos representantes para participação no Comando Nacional de Mobilização.

São Luís/MA, 14/Setembro/2026.
João Carlos Lima Martins,
Presidente.

